

A ESPETACULARIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SOBRE OS CORPOS PALESTINOS: UMA ANÁLISE NECROBIOPOLÍTICA DO TRÁFICO DE ÓRGÃOS POR ISRAEL SOB A PERSPECTIVA DO CAPITALISMO GORE

Gabrielle Scola DUTRA¹, Maiquel Ângelo Dezordi WERMUTH², Janaína Machado STURZA³

RESUMO

As guerras detêm uma conotação codificada por cenários problemáticos que se assentam em complexos adversariais e intensificam um arranjo bélico sob a promessa de aniquilamento do Outro. O encontro com o Outro pela dialética negativa provoca uma atmosfera hostil e é eivado por rupturas constantes. Neste cenário encontra-se, para além de outras mazelas, o tráfico de órgãos e a necrobiopolítica. Assim, o objetivo geral deste artigo é abordar as técnicas necrobiopolíticas de espetacularização da violência sobre os corpos palestinos pela análise do tráfico de órgãos por Israel. Os objetivos específicos são: 1) abordar a guerra no Oriente Médio a partir do imperialismo-nacionalismo de Israel; 2) analisar o tráfico de órgãos palestinos por Israel pelo Capitalismo *Gore*. O método hipotético-dedutivo e a análise bibliográfica e documental estruturam a pesquisa. Diante disso, questiona-se: é possível uma análise necrobiopolítica do tráfico de órgãos palestinos por Israel pelo Capitalismo *Gore*? Por fim, conclui-se que o Capitalismo *Gore* produz uma violência extrema que é performada pelo derramamento de sangue e mediatização das vísceras enquanto produtos da economia mundial.

Palavras-chave: Capitalismo *Gore*; Israel; Necrobiopolítica; Palestina; Tráfico de Órgãos.

ABSTRACT

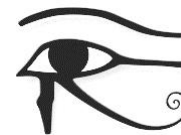
Wars have a connotation coded by problematic scenarios that are based on adversarial complexes and intensify a military arrangement under the promise of annihilating the Other. The encounter with the Other through negative dialectics causes a hostile atmosphere and is riddled with constant ruptures. In this scenario, in addition to other problems, there is organ trafficking and necrobiopolitics. Thus, the general objective of this article is to address the necrobiopolitical techniques of spectacularizing violence over Palestinian bodies through the analysis of organ trafficking by Israel. The specific objectives are: 1) approach the war in the Middle East from the perspective of Israeli imperialism-nationalism; 2) analyze the trafficking of Palestinian organs by Israel through Gore Capitalism. The hypothetical-deductive method and bibliographic and documentary analysis structure the research. Given this, the question arises: is a necrobiopolitical analysis of the trafficking of Palestinian organs by Israel through Gore Capitalism possible? Finally, it is concluded that Gore Capitalism produces extreme violence that is performed by the shedding of blood and mediatization of viscera as products of the world economy.

Key-words: Gore Capitalism; Israel; Necrobiopolitics; Palestine; Organ Trafficking.

¹Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil. E-mail: gabriellescoladutra@gmail.com

²Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil. E-mail: maiquel.wermuth@unijui.edu.br

³Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil. E-mail: janasturza@hotmail.com

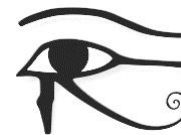


INTRODUÇÃO

A guerra é a forma mais extrema de manifestação da violência. Ela inaugura políticas de extermínio em massa que se sofisticam de acordo com o desenvolvimento de mecanismos tecnológicos de produção da morte. Em conluio e com o apoio de grandes potências do Ocidente, no âmbito do Oriente Médio, sabe-se que, desde a sua constituição, o Estado de Israel apresenta-se no cenário mundial como protagonista em operacionalizar novas estratégias para violar os Direitos Humanos, principalmente, em detrimento de países da região como a Palestina (Faixa de Gaza). Conflitos bélicos significam o fracasso da humanidade porque expõem a sua faceta mais perversa. As guerras detêm uma conotação codificada por cenários problemáticos que se assentam em complexos adversariais e intensificam um arranjo bélico sob a promessa de aniquilamento do Outro.

O conflito bélico fabrica uma dinâmica de irritação social. É um evento que inaugura campos de batalha, viola pactos humanos e potencializa uma codificação comunicativa assentada pelo binômio adversarial amigo/inimigo. O encontro com o Outro pela dialética negativa provoca uma atmosfera hostil e é eivado por rupturas constantes. Em outras palavras, é a própria tragédia humana que se anuncia pelo Estado de exceção convertido em normalidade. Trata-se, sobretudo, da fusão da lei com o fenômeno da violência imposta pelo poder do Leviatã. Eis o grande paradoxo dos Direitos Humanos anunciado pelo jurista italiano Eligio Resta (Resta, 2020, p. 13): “*os Direitos Humanos são aqueles direitos que somente podem ser ameaçados pela própria humanidade, mas que não podem encontrar vigor, também aqui, senão graças à própria humanidade*”. Isto significa que há uma diferenciação fundamental entre *ser* humano e *ter* humanidade.

Sem limites bioéticos, inúmeras denúncias publicadas por jornalistas independentes na região do Oriente Médio começam a surgir e relatam a dinâmica de roubo e tráfico de órgãos palestinos pelo Estado de Israel, que lucra com essas técnicas de especulação/espetacularização da violência sobre os corpos palestinos a serviço das lógicas mercadológicas incorporadas pelo sistema capitalista e neoliberal. Inauguram-se zonas de sacrifício humano e apreensão de vidas nuas, tragadas pela selvageria da aliança nefasta entre capitalismo e neoliberalismo pela complexidade da operacionalização do binômio vida/morte contido no terreno bélico do Oriente Médio. Portanto, o objetivo geral da investigação é abordar as técnicas necrobiopolíticas de especulação e espetacularização de corpos a partir de uma análise do tráfico de órgãos palestinos por Israel sob a perspectiva do Capitalismo Gore.

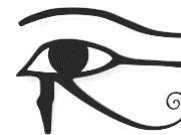


A presente pesquisa, portanto, discute o tráfico de órgãos palestinos por Israel na lógica do Capitalismo *Gore*. Diante das técnicas de especulação/espetacularização da violência sobre os corpos palestinos no contexto dos conflitos na Faixa de Gaza, questiona-se: é possível uma análise necrobiopolítica do tráfico de órgãos palestinos por Israel sob a perspectiva do Capitalismo *Gore*? Esse é o questionamento que conduz a análise aqui empreendida.

A problemática posta instaura a hipótese inicial de que a lógica do Capitalismo *Gore* é imposta aos corpos como produtos da economia mundial, como ocorre com a perversidade do tráfico de órgãos palestinos por Israel no Oriente Médio. Nessas condições, a vida humana torna-se nua e o Estado de Exceção converte-se em normalidade a partir de técnicas predatórias, de extermínio e mercadológicas de mutilação do corpo e produção do capital. A vida humana e o corpo restam à mercê dos interesses do capitalismo pela intersecção hostil instaurada e instrumentalizada pelos sistemas político e econômico. Para Valencia (Valencia, 2010, p. 33), a concepção de Estado-nação é substituída pelo Mercado-nação, no sentido de que “este desplazamiento es fundamental puesto que algo que todo el mundo sabe pero nadie siquiera piensa cómo demostrar es el hecho de que la política de un país refleje el sentido de su cultura”. A violação da bioética e, por consequência, dos direitos humanos, ocorre quando se reconhece que corpos palestinos estão sendo reduzidos a órgãos e pedaços de carne pelo Estado de Israel, ou seja, tornam-se produtos prontos para serem comercializados e contabilizados pelo crime organizado perpetrado pelo próprio Estado.

Para alcançar o objetivo geral delineado, os objetivos específicos do estudo, que se refletem na sua estrutura em duas seções, são: 1) abordar o cenário mortífero instaurado no Oriente Médio a partir do imperialismo-nacionalismo de Israel em detrimento da Palestina; 2) analisar necrobiopoliticamente o tráfico de órgãos palestinos por Israel pelo Capitalismo *Gore*.

No plano metodológico, a pesquisa é articulada pelo método hipotético-dedutivo e é instruída por uma análise bibliográfica e documental. A base teórica escolhida para o desenvolvimento da pesquisa é de cunho necrobiopolítico, por intermédio das contribuições da filósofa transfeminista mexicana Sayak Valencia (Valencia, 2010) pela ótica do Capitalismo *Gore*.



1 O IMPERIALISMO-NACIONALISMO ISRAELENSE EM DETRIMENTO DA PALESTINA: O CENÁRIO MORTÍFERO INSTAURADO NO ORIENTE MÉDIO

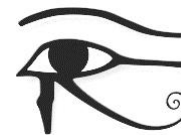
No contexto geopolítico, sabe-se que o cenário bélico instaurado entre Israel e a Palestina detém um percurso histórico marcado por disputas territoriais, violência e violações generalizadas de Direitos Humanos⁴. Alguns acontecimentos históricos foram imprescindíveis para delinear os contornos de uma guerra permanente – verdadeiro regime de biopoder⁵, na léxica de Hardt e Negri (2005) – que se estende até os dias atuais produzindo vítimas. Na gênese do arranjo problemático, reconhece-se que, em 1947, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) personifica-se em uma figura mediadora do conflito ao votar a Resolução 181 que determina a criação do Estado de Israel e o Estado da Palestina, distribuindo o território da Palestina “em dois estados, um judeu e outro árabe, e pelo estabelecimento de um regime internacional especial sobre a cidade de Jerusalém” (Fávero; Pinheiro, 2016, p. 67). No ano de 1948, na constância da Declaração de Independência israelense, os estados árabes existentes na região não concordam com a divisão territorial e, por isso, começa a guerra pela independência de Israel (1948-1949).

Tal acontecimento no Oriente Médio foi apoiado, principalmente, pelos Estados Unidos e teve seu desfecho no reconhecimento do Estado de Israel e na expansão do território em razão da dinâmica do conflito. Na oportunidade, foi promulgada a Resolução 194 da ONU, estabelecida com o intuito de reconhecer o direito dos refugiados palestinos de voltarem para suas residências ou de receberem uma justa indenização. No entanto, tal medida “resolutiva” não foi obstada por Israel, tendo em vista que, na constância do cargo, a Primeira-Ministra israelense Golda Meir articulou uma política de divisão da Palestina “às custas dos palestinos”. O imperialismo-nacionalismo⁶ israelense em detrimento da Palestina foi definido também por dois acontecimentos históricos, quais sejam: a Guerra dos Seis Dias (1967) e a Guerra do Yom Kippur (1973) (Furtado; Góes, 2022, p. 122).

⁴ No pensamento de Joaquin Herrera Flores (Flores, 2009, p. 13), “os direitos humanos são processos institucionais e sociais que possibilitam a abertura e a consolidação de espaços de luta pela dignidade humana”.

⁵ Considerando-se que “uma guerra para criar ou manter a ordem social não pode ter fim” e que ela “envolverá necessariamente o contínuo e ininterrupto exercício do poder e da violência” (Hardt; Negri, 2005, p. 35), verifica-se, como uma consequência inarredável desse processo, a indeterminação, em termos espaciais e temporais, dos limites da guerra na contemporaneidade – a exemplo do que vem ocorrendo na Faixa de Gaza.

⁶ No pensamento de Hannah Arendt (Arendt, 2012), “o conceito imperialista de expansão, de acordo com o qual a expansão é por si mesma um fim e não um meio temporário, foi introduzido no pensamento político quando se tornou óbvio que uma das mais importantes funções permanentes do Estado-nação seria a expansão do poder. A violência sempre foi à última ratio na ação política, e a força sempre foi a expressão visível do domínio e do governo. Mas nem uma nem outra constituíram antes o objetivo consciente do corpo político ou o alvo final de qualquer ação política definida. Porque a força sem coibição só pode gerar mais força, e a violência administrativa em benefício da força — e não em benefício da lei — torna-se um princípio destrutivo que só é detido quando nada mais resta a violar” (Arendt, 2012).



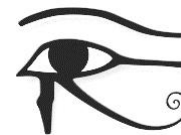
Respectivamente, o primeiro acontecimento “terminando com a derrota árabe e a ocupação israelense de Jerusalém Leste e das Colinas de Golã” (Furtado; Góes, 2022, p. 122). Com o término de tal conflito bélico, estabeleceu-se a Resolução 242 editada pelo Conselho de Segurança da ONU com o objetivo de impor a desocupação territorial dos territórios anexados por Israel. No entanto, em razão do não esclarecimento sobre “quais territórios deveriam ser devolvidos, manteve sob o poderio⁷ israelense a Península do Sinai, parte do Canal de Suez, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e as Colinas de Golã” (Furtado; Góes, 2022, p. 122). Posteriormente, o segundo acontecimento teve seu início a partir do ataque do Egito e da Síria sob Israel com o objetivo do reestabelecimento dos territórios sob o domínio de Israel na Guerra dos Seis Dias. Logo, “o conflito encerrou-se por intervenção dos Estados Unidos, da ONU e da União Soviética, porém, somente em 1979, Israel devolveu ao Egito a Península do Sinai, após a assinatura de um acordo de paz” (Furtado; Góes, 2022, p. 122).

Nessa perspectiva, Hannah Arendt (2012), ao abordar o projeto imperialista estabelecido em conluio com a dinâmica predatória do capitalismo em detrimento de populações inteiras enquanto expansão totalitária, salienta:

O conceito de expansão ilimitada como único meio de realizar a esperança de acúmulo ilimitado de capital, que traz um despropositado acúmulo de força, torna quase impossível a fundação de novos corpos políticos — que até a era do imperialismo sempre resultavam da conquista. Sua consequência lógica é a destruição de todas as comunidades socialmente dinâmicas, tanto dos povos conquistados quanto do próprio povo conquistador. Porque, se toda a estrutura política, nova ou velha, desenvolve naturalmente as forças estabilizadoras que se opõem à sua transformação, todos os corpos políticos parecem obstáculos temporários, quando vistos como parte da eterna corrente do acúmulo de poder. A mera exportação da violência transformava em senhores os servos — porque eram servos esses administradores — sem lhes dar a mais importante prerrogativa do senhor: a possível criação de algo novo. A concentração monopolista e o acúmulo de violência no país de origem tornavam os servos agentes ativos da destruição dos povos dominados, até que finalmente a expansão totalitária passou a ser uma força destruidora de povos e nações (Arendt, 2012).

No entanto, em que pese tenha ocorrido a assinatura do acordo de paz entre Israel com o “Egito e Jordânia, a história vem demonstrando que sob o modo de produção capitalista não há solução para o conflito, gerando um verdadeiro *apartheid* na região e um genocídio do povo palestino” (Aviz, 2020). Em 15 de novembro de 1988 ocorre a independência do Estado da Palestina por intermédio da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) “e por seu governo no exílio em Argel, na Argélia. No entanto, a maioria

⁷ Nas palavras de Hannah Arendt (Arendt, 2012), “o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido.”



das áreas reivindicadas pelos palestinos estão ocupadas por Israel desde a Guerra dos Seis Dias, em 1967” (Embaixada da Palestina, 2024). Posteriormente, no ano de 1993, “os Acordos de Oslo estabeleceram a Autoridade Nacional Palestina, que realiza a administração sociopolítica de áreas delimitadas dos territórios, enquanto o Hamas⁸ controla a Faixa de Gaza” (Embaixada da Palestina, 2024).

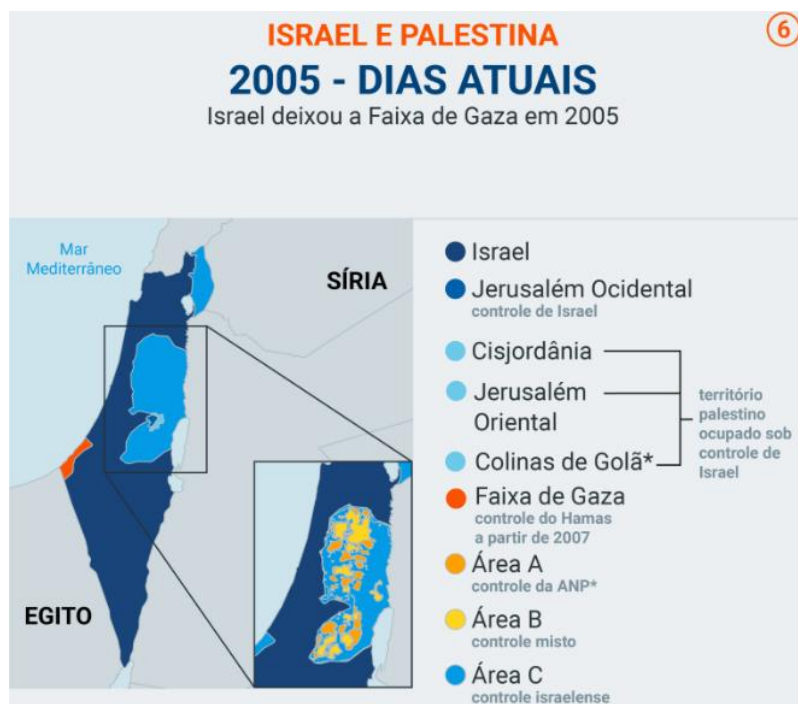
Assim, “em novembro de 1974, a OLP foi reconhecida como competente em todos os aspectos referentes à questão Palestina e os palestinos ganharam reconhecimento implícito de soberania pela Assembleia Geral da ONU” (Embaixada da Palestina, 2024). Tal cenário bélico instaura processos forjadores de natureza imperialista e nacionalista por parte de Israel em detrimento da Palestina, produzindo um horizonte de violações de Direitos Humanos, tendo em vista que se percebe a operacionalização dos fenômenos do *apartheid* e do genocídio, ou seja, “*apartheid* pela segregação realizada pelas colônias do Estado sionista⁹ e genocídio pelo objetivo de limpeza étnica que Israel empenha aos palestinos” (Aviz, 2020). Nessa significação, constata-se que Israel ocupa ilegalmente a Palestina, consolida-se como uma potência de matriz tecnológica, apoiada e protegida pelos Estados Unidos. Além de manter uma ocupação militar permanente e ilegal, Israel se apropria e fragmenta territórios palestinos, exterminando e segregando árabes e estabelecendo bloqueios de toda a natureza na Faixa de Gaza.

A ilustração abaixo demonstra a dinâmica territorial da Guerra no Oriente Médio em um lapso temporal que abarca desde o ano de 2005 até os dias atuais:

Figura 1. Dinâmica territorial da Guerra no Oriente Médio (2005-2024)

⁸ O Hamas é o “maior dos muitos grupos militantes islâmicos da Palestina, o Hamas controla a Faixa de Gaza desde 2007 e prega a destruição de Israel. Em árabe, o nome mais conhecido do grupo é uma sigla para Harakah al-Muqawamah al-Islamiyyah, que significa Movimento de Resistência Islâmica. O Hamas foi fundado em 1987 durante o início da primeira Intifada palestina, um levante contra a ocupação israelense da Cisjordânia e da Faixa de Gaza” (BBC Brasil, 2023).

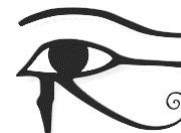
⁹ De acordo com Domenico Losurdo (Losurdo, 2001, p. 65), “o sionismo toma de empréstimo da tradição colonial as práticas de discriminação e opressão. Bem antes da fundação do Estado de Israel, já no curso da Segunda Guerra mundial, quando se estabelecem na Palestina os sionistas programam a deportação dos árabes. “Deve ficar claro que não há lugar para todos os dois povos neste país”; faz-se necessário “transferir os árabes para os países confinantes, transferi-los todos”: inequívoco é o programa enunciado no final de 1940 por um dirigente de primeiro plano do movimento sionista. Sobre isso chama a atenção Edward W. Said; e se o iminente intelectual palestino devesse resultar suspeito, tenha-se presente que, em outubro de 1945, Hannah Arendt condena com veemência os planos – que, no entanto, depois do fim da Segunda Guerra mundial, se tornaram muito concretos – de “transferência dos árabes da Palestina para o Iraque”. Aqui, com um gracioso eufemismo, fala-se de “transferência” ao invés de deportação. Mas, três anos depois, Arendt descreve de modo preciso a violência terrorista desencadeada contra a população árabe.”



Fonte: Poder 360 (2024).

No século XXI, a performatividade das guerras contemporâneas é reconhecida a partir da resistência interseccional por fatores étnicos, raciais, religiosos etc. Entretanto, “a essência dos ‘ódios nacionais’ demonstra outras motivações para os conflitos: a economia e a política, isto é, a busca permanente pelo definitivo domínio dos impérios capitalistas sobre as demais nações oprimidas” (Aviz, 2020). Tal projeto, arditamente arquitetado, com o apoio das potências ocidentais, foi potencializado com os atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque. Por consequência, entram em ascensão binômios adversariais para que o Outro seja etiquetado como fonte de risco, no que concerne ao vínculo antagônico imposto a partir da “Guerra ao Terror”: civilidade/barbárie. Agora, os povos do Oriente Médio, tais como afegãos, iraquianos, libaneses, palestinos, inclusive, os próprios judeus, são vítimas do imperialismo-nacionalista. Os conflitos adversariais colonizam o mundo da vida e tornam-se crônicos, assumindo dimensões que prometem desempenhar processos de extermínio em larga escala. Nesse contexto, cumpre salientar, de acordo com Hardt e Negri (Hardt; Negri, 2005, p. 35), que

a guerra à maneira antiga contra um Estado-nação tinha claras delimitações espaciais, embora pudesse eventualmente disseminar-se por outros países, e seu fim geralmente era marcado por uma rendição, uma vitória ou uma trégua entre os Estados em conflito. Em contraste, a guerra contra um conceito ou um conjunto de práticas, mais ou menos como uma guerra de religião, não conhece limites espaciais ou temporais definidos. Tais guerras podem estender-se em qualquer



direção, por períodos indeterminados. E com efeito, quando os dirigentes americanos anunciaram sua ‘guerra ao terrorismo’, deixaram claro que deveria estender-se por todo o mundo e por tempo indefinido, talvez décadas ou mesmo gerações inteiras.

O cenário bélico entre Israel e a Palestina é ilustrado por uma tragédia humanitária sem precedentes. De acordo com o Ministério da Saúde da Palestina, em 29 de fevereiro de 2024, reconheceu-se que “mais de 30.000 pessoas foram mortas na Faixa de Gaza desde que a guerra de Israel com o Hamas começou em outubro de 2023” (CNN Brasil, 2024). Deste total, “cerca de 70% das vítimas são mulheres e crianças” (CNN Brasil, 2024). Doutro modo, aproximadamente, “10 mil combatentes do Hamas foram mortos desde 7 de outubro, quando Israel declarou guerra ao grupo. Mais de 1.200 pessoas em Israel foram mortas durante os ataques do Hamas naquele dia, e mais de 250 foram sequestradas e feitas reféns em Gaza” (CNN Brasil, 2024).

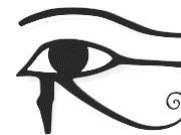
Em síntese, a faixa de Gaza está completamente destruída. A figura a seguir mostra em números as vítimas na Palestina desde o início da guerra em 07 de outubro de 2023 (quando um bombardeio atingiu um hospital na Faixa de Gaza) até 29 de fevereiro de 2024:

Figura 2. Mortes na Palestina (2023-2024)



Fonte: Poder 360 (2024).

Um cenário de precariedade de vida (Butler, 2019) foi inaugurado desde que a guerra iniciou: patologias sociais (fome, falta de água, miséria, pobreza, violência de toda

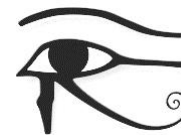


a natureza, déficits sanitários e humanitários, etc) e biológicas (sistema de saúde em colapso, doenças não tratadas, falta de medicamentos e suprimentos de saúde, precariedade na estrutura em razão dos bombardeiros constantes, etc) ameaçam a (sobre)vivência humana neste território hostil e ceifam um contingente de vidas, tragadas pela “máquina de moer gente” – na expressão cunhada por Darcy Ribeiro (Ribeiro, 1995) em outro contexto, mas perfeitamente aplicável ao contexto sob análise – construída pela engrenagem brutal de processos forjadores (capitalismo, imperialismo, nacionalismo, *apartheid*, genocídio, violações de toda a ordem, bloqueios humanitários, entre outras perversidades inumanas). Emerge deste cenário a vida precária, cuja “a precariedade é gerada pelo completo desvelamento da condição de vida digna de certas vidas, que passam a ser apreendidas pelas estruturas do direito e do poder enquanto vidas naturais, biológicas insignificantes, e, portanto, descartáveis” (Sturza; Nielsson; Wermuth, 2020, p. 79).

Desse jeito, “há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há ‘vidas’ que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (Butler, 2020, p. 17). Assim sendo, “se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas” (Butler, 2020, p. 13). Como refere Judith Butler (2020, p. 31), a semântica da precariedade anuncia uma vida vivida plenamente no cerne das relações de sociabilidade a partir da exposição e da dependência:

Afirmar que uma vida pode ser lesada, por exemplo, ou que pode ser perdida, destruída ou sistematicamente negligenciada até a morte é sublinhar não somente a finitude de uma vida (o fato de que a morte é certa), mas também sua precariedade (porque a vida requer que várias condições sociais e econômicas sejam atendidas para ser mantida como uma vida). A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro. Isso implica estarmos expostos não somente àqueles que conhecemos, mas também àqueles que não conhecemos, das que conhecemos superficialmente e das que desconhecemos totalmente.

Além desse horizonte perverso, uma carnificina está sendo praticada. A população residente em Gaza precisa se deslocar na condição de refugiados de guerra, à medida que Israel atua com força bélica e avança seu projeto expansionista. Ademais, salienta-se que o sionismo continua articulando-se impunemente sobre a Faixa de Gaza fabricando massacres crônicos, bem como produzindo vítimas fatais sob a égide da inércia da comunidade internacional. Sobretudo, o imperialismo-nacionalismo israelense exerce sua potência em detrimento da Palestina e um cenário mortífero é instaurado no Oriente Médio

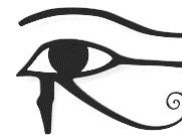


sem data de término. A partir de tal engrenagem mortífera, a guerra assume um poder destrutivo a partir de instrumentos/mecanismos de manifestação performativa, espalha terror, medo por intermédio da imposição de uma ritualística paranoica que vai se legitimando e institucionalizando nas estruturas sociais como mecanismo de domínio e exploração de vidas humanas. Seu intuito é romper com a resistência do Outro tanto pela submissão quanto pelo seu extermínio existencial.

O sistema polariza-se à medida em que corrói as relações sociais. Nessas condições, a vida humana torna-se nua e o Estado de Exceção converte-se em normalidade a partir de técnicas de dominação que lhe são peculiares (Agamben, 2004). A ritualística do conflito bélico assume uma postura cultural porque o conflito aqui é compreendido como um processo dispersivo e patológico por uma retórica violenta. Nas palavras do jurista italiano Luigi Ferrajoli (2009, p. 47) sobre a compreensão da guerra enquanto um mal absoluto:

A guerra entre Estado, precisamente por suas intrínsecas características destrutivas, não admite hoje justificações morais e políticas. É em si um mal absoluto, com respeito ao qual os velhos limites jusnaturalistas da guerra justa resultam agora insuficientes, ao ter restado desrespeitados todos os limites naturais a suas capacidades destrutivas. Por suas próprias características, a guerra é uma agressão ao estado selvagem ou de natureza do *homo homini lupus*. Com a diferença de que a sociedade selvagem dos Estados não é uma sociedade de lobos naturais, senão uma sociedade de lobos artificiais, é dizer, de esses “homens artificiais”, como lhes denominou Hobbes, que são os Estados, criados por homens para a tutela de seus direitos e que hoje amenizam escapando de seu controle e voltando-se contra seus criadores como máquinas artificiais capazes de destruí-los.

A vida nua, condensada por um conteúdo de matriz necrobiopolítica é compreendida não como “a simples vida natural, mas a vida exposta à morte (a vida nua ou a vida sacra) é o elemento político originário” (Agamben, 2002, p. 96). Assim, “não se poderia dizer de modo mais claro que o fundamento primeiro do poder político é uma vida absolutamente matável, que se politiza através de sua própria matabilidade” (Agamben, 2002, p. 96). A partir de tal panorama, numa perspectiva de matriz necrobiopolítica lançada sob a análise teórica das guerras contemporâneas, especificamente, a que ocorre no Oriente Médio entre Israel e a Palestina, evidencia-se o pensamento da filósofa transfeminista mexicana Sayak Valencia por intermédio das contribuições do que ela denomina de Capitalismo *Gore* – categoria teórica a partir da qual será analisado, na sequência, o roubo e tráfico de órgãos palestinos por Israel.



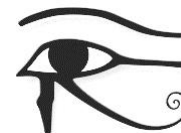
2. O MERCADO-NAÇÃO E A NECROBIOPOLÍTICA DAS GUERRAS CONTEMPORÂNEAS: O ROUBO E TRÁFICO DE ÓRGÃOS PALESTINOS POR ISRAEL COMO MANIFESTAÇÕES DO CAPITALISMO *GORE*

No cenário das guerras contemporâneas percebe-se que a geopolítica do mundo delinea a articulação de políticas necrobiopolíticas perpetradas contra certos corpos, as quais fabricam a morte em larga escala em territórios fronteiriços, ao interesse da economia mundial enquanto um projeto ardilosamente arquitetado pelo sistema dominante. Assim, a morte torna-se evento rentável e o corpo converte-se em produto mercantil pela violência soberana como potência que se personifica a partir de uma estrutura estatal (ilegítima) (Valencia, 2010).

Nesse cenário, a repercussão mais perceptível da biopolítica é “a contínua aproximação, que beira a indistinção, entre direito e violência, e a transformação do estado de exceção em paradigma de governo na política contemporânea” (Sturza; Nielsson; Wermuth, 2020, p. 79). Esse gerenciamento de vidas é provocado pela perpetuação da biopolítica ao longo do contexto civilizacional, à medida que sua narrativa se sofisticava para operar de acordo com a sistemática da temporalidade que é implementada enquanto um projeto ardilosamente arquitetado.

Então, a biopolítica será articulada sob acontecimentos aleatórios que são produzidos em uma determinada população. A potência da biopolítica passa a ser implementada de maneira mais acentuada no final do século XVIII, quando “novas formas de gerenciamentos da vida das populações - que passam a incluir preocupações e cálculos acerca da reprodução, taxa de natalidade, de mortalidade - como indícios da apreensão da vida pela política” (Sturza; Nielsson; Wermuth, 2020, p. 77). Trata-se “de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais, [...] de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global” (Foucault, 2010, p. 207). Fala-se, então, que agora aparece um biopoder regulamentador, imposto pelos movimentos e gerenciamentos biopolíticos, ou seja, um sustentáculo global que permite “fazer viver e em deixar morrer” (Foucault, 2010, p. 207).

O biopoder engendra-se com o intuito de regular, de estabelecer uma topologia específica regida pela biopolítica a partir de mecanismos que se articulam em nível global, “de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles uma regulamentação” (Foucault, 2010, p. 207). Com efeito,



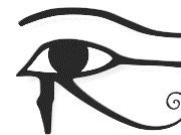
o biopoder enquanto um conjunto de práticas e a violência como um fenômeno perverso produzido por ações de destruição de existências humanas, totalizam-se em contextos patológicos como os da guerra e produzem contextos forjadores de destituição de vidas. Nessa lógica, o biopoder articula-se por intermédio da sua incorporação nas políticas demográficas, de saúde, econômicas, caracterizando-se como um mecanismo de governo que persuade nas ações, práticas, projetos na dimensão da sociedade, bem como “na ordem simbólica nos sistemas de valores, construindo e reenquadrando a ordem social, interagindo com várias forças políticas sociais e religiosas, alterando a ‘natureza’ da população e da reprodução, dos valores e dos direitos” (Sturza; Nielsson; Wermuth, 2020, p. 78).

Nesse cenário de regulação e legitimação da matabilidade, o filósofo francês Michel Foucault já estabelecia a compreensão de que a incorporação da biopolítica é capaz de conjecturar mecanismos de controle que atuam não somente sobre corpos individuais, mas sobre populações inteiras, com o intuito de atingir os objetivos articulados pela civilização dominante (Foucault, 2019). No entanto, para que este biopoder tenha vigor sob a gestão das políticas populacionais, é imprescindível que haja três fatores da performance demográfica, quais sejam: a mortalidade, a natalidade e a migração, ou melhor, a transmigração (Sturza; Nielsson; Wermuth, 2020, p. 78). Destarte, do micro ao macro, da atuação sutil à brutal, dos mecanismos aos dispositivos, “o poder penetra no corpo e encontra-se exposto no próprio corpo” (Foucault, 2021, p. 235).

Atrelado a um contexto do capitalismo, Janaína Machado Sturza, Joice Graciele Nielsson e Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth, referem a respeito da funcionalidade dos três fatores da sistemática demográfica que operam em prol da operacionalização do biopoder com o objetivo de atingir os fins que o biopatriarcalismo¹⁰ propõe:

No controle destes elementos, mortalidade, nascimento e migração, o exercício do biopoder se realiza por meio de articulações funcionais e instrumentais: biopoliticamente organiza-se um dispositivo que tem por objetivo produzir a própria vida e as condições para o “deixar viver”, servindo aos fins do patriarcalismo, termo utilizado a fim de demonstrar a aliança e a relação de funcionalidade entre patriarcado e capitalismo típicas da modernidade. Estas formas de biopoder patriarcalistas constituem as relações de poder típicas da esfera estatal da modernidade colonial, que estruturam a partir das desigualdades de origem e de gênero, as de sexo, de raça, e outras (Sturza; Nielsson; Wermuth, 2020, p. 78).

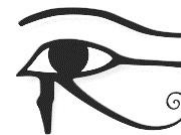
¹⁰ De acordo com Janaína Machado Sturza, Joice Graciele Nielsson e Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth, “o biopoder age funcionalmente vinculado ao patriarcado e ao capitalismo, promovendo um verdadeiro biopatriarcalismo que controla a vida de populações humanas a partir da gestão da mortalidade, da natalidade e da migração” (Sturza; Nielsson; Wermuth, 2020, p. 23).



Nessa lógica, do micro ao macro, é que mecanismos, instrumentos, dispositivos, enfim, aparelhos de governança, regidos biopoliticamente, são utilizados e manipulados para desencadear a governamentalização das populações através do mercado neoliberal. O produto desse conluio nocivo é um biopatriarcalismo, que se fundamenta nas multifacetadas “formas de poder, com vistas ao domínio da ‘totalidade da sociedade’ e age não mais dentro das tradicionais fronteiras típicas da modernidade, mas tem como território privilegiado o controle e a gestão dos corpos e das vidas das populações” (Sturza; Nielsson; Wermuth, 2020, p. 78). Por consequência, a partir desse horizonte biopolítico, de forma individual e coletiva, o biopoder passa a atuar para produzir um desejo pornográfico tanto de controle/gerenciamento da vida, quanto da criação da morte em larga escala (Sturza; Nielsson; Wermuth, 2020).

Ilustra-se a fundamentação teórica de matriz biopolítica no cenário das guerras contemporâneas, especificamente, no que concerne à existência da guerra no Oriente Médio entre Israel e a Palestina e o regime de *apartheid* e genocídio perpetrado pelo Estado de Israel contra a Palestina. Vidas palestinas (sobre)vivem a “uma condição induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas à violência arbitrária legitimada ou perpetrada pelo próprio Estado, pelo manejo, inclusive das prerrogativas do direito e da legalidade” (Sturza; Nielsson; Wermuth, 2020, p. 79). Israel é uma grande potência armamentista, num percurso histórico, vem sofisticando cada vez mais seus mecanismos bélicos de extermínio em massa com novas tecnologias, tais como drones, robôs, uso de inteligência artificial, para potencializar sua estrutura de guerra e deixar um rastro de destruição inumano que produz vítimas fatais. Pedacos de gente pelas ruas, palestinos mortos enquanto recebiam ajuda humanitária, corpos em decomposição, embrulhados, destruídos, decepados, desaparecidos, enterrados em vala comum, vísceras à mostra, sangue derramado por todos os lados como produto do projeto de extermínio, sobretudo, uma carnificina instalada por uma zona de destruição e morte que paira sobre a Faixa de Gaza neste momento.

Palestinos são reduzidos à figura de humanos espectrais, destituídos de conteúdo valorativo. Os “ninguéns” que perambulam pela Faixa de Gaza não têm significação nem visibilidade. Seus nascimentos não são celebrados, nem suas mortes são passíveis de luto. Não são dignos de lamento, vidas não-choráveis, não-enlutáveis, abjetas, talvez sequer sejam consideradas vidas, pois o mundo público não as reconhece como tal (Butler, 2019). Os “ninguéns” são redundantes, não fazem jus à ritualística da vida nem a da



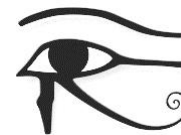
morte, agonizam em um limbo, às bordas da trama histórica. Rejeitados pela civilização dominante. Anônimos no umbral do esquecimento perante a comunidade internacional. Dejetos escoraçados à margem do todo. Horrorizados pela sua precariedade existencial e submersos na frustração de suas expectativas sociais, não são capazes de demonstrar suas potencialidades porque sequer são vislumbrados no plano da significação. Sobretudo, “os ninguém” são reduzidos às vidas estéreis que não potencializam a semântica do humano.

Com efeito, é certo que “a vida descartada é saturada de poder” (Butler; Spivak, 2018, p. 37). Sem limites bioéticos¹¹, inúmeras denúncias publicadas por jornalistas independentes na região do Oriente Médio começam a surgir e relatam a dinâmica de roubo e tráfico de órgãos palestinos pelo Estado de Israel, que lucra com essas técnicas de especulação/espetacularização dos corpos a serviço das lógicas mercadológicas incorporadas pelo sistema capitalista e neoliberal. Inclusive, no ano de 2009, em um artigo publicado pelo *The Guardian*, foi publicizado o roubo e o tráfico de órgãos humanos de palestinos pelo Estado de Israel. Mais precisamente, o ex-chefe do Instituto Forense Abu Kabir, o Dr. Yehuda Hiss confirmou que Israel coletava órgãos de palestinos e de outras pessoas mortas durante a guerra sem autorização de seus familiares (BBC, 2009).

Sobre isso, “investigado em duas ocasiões pelo caso, mas nunca julgado, Hiss fez essa afirmação em 2000 à pesquisadora americana Nancy Shepard Hughes” (G1, 2009). No mesmo ano, dois ministros da Autoridade Nacional Palestina (ANP) declararam que o Estado de “Israel extraiu órgãos de palestinos que seu Exército havia matado” (G1, 2009). Na oportunidade, “o ministro da Saúde no Governo Mahmoud Abbas, Fathi Abu Mughli, assegurou que médicos israelenses “tiraram de corpos partes como córneas, ossos e pele sem permissão dos familiares” (G1, 2009). Nesse cenário, “Eissa Qaraqe, ministro de Assuntos dos Presos, defendeu que Israel esconde corpos de palestinos em cemitérios secretos e se recusa a entregá-los às famílias “para esconder o roubo de partes dos cadáveres” (G1, 2009).

Tais acontecimentos podem ser compreendidos sob a perspectiva do Capitalismo *Gore*, “ya que, dentro de las lógicas mercantiles, todo es susceptible de ser comercializado” (Valencia, 2010, p. 33). Com efeito, essas técnicas de especulação e espetacularização dos corpos de palestinos a partir do crime organizado do roubo e tráfico

¹¹ Para Tereza Rodrigues Vieira (Vieira, 2000, p. 197), a “Bioética indica um conjunto de pesquisas e práticas pluridisciplinares, objetivando elucidar e solucionar questões éticas provocadas pelo avanço das tecnociências biomédicas. A Encyclopedia of Bioethics define a bioética como um estudo sistemático da conduta humana no campo das ciências biológicas e da atenção de saúde, sendo essa conduta examinada à luz de valores e princípios morais, constituindo um conceito mais amplo que o da ética médica, tratando da vida do homem, da fauna e da flora. Portanto, seu estudo vai além da área médica, abarcando Direito, Psicologia, Biologia, Antropologia, Sociologia, Ecologia, Teologia, Filosofia, etc., observando as diversas culturas e valores.”



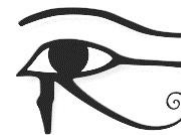
de órgãos por Israel¹² podem ser percebidas tanto na especulação por intermédio da redução dos corpos palestinos a produto, comercializáveis e rentáveis sob o jugo do capitalismo, quanto na espetacularização dos corpos palestinos quando os holofotes da mídia expõem um cenário de terror de matabilidade na guerra Palestina-Israel.

De acordo com Valencia (Valencia, 2010, p. 15), o termo *Gore* remete a cenários de horror ilustrado pela potência da violência como mecanismo de necrobioempoderamento, performatizada pelo derramamento de sangue, “al altísimo porcentaje de vísceras y desmembramientos, frecuentemente mezclados con el crimen organizado, el género y los usos predatorios de los cuerpos”. Do mesmo modo, o termo é proveniente do gênero cinematográfico dos filmes de terror e, quando aliado ao capitalismo, personifica-se na fabricação de um cenário de sofrimento humano ilustrado pela violência extrema da mutilação de corpos, derramamento de sangue e midiatização das vísceras como antítese da utopia.

O termo *Gore* é utilizado “para hacer referència a la reinterpretación dada a la economía hegemónica y global en los espacios (geográficamente) fronterizos” (Valencia, 2010, p. 15). Nesse terror civilizacional, evidencia-se uma narrativa cruel que se centra na distinção entre processos de humanização e desumanização do humano a partir da (in)visibilidade da manutenção da vida e da morte às custas de práticas mercadológicas perpetradas pelo capitalismo que, numa perspectiva *Gore*, fabrica uma necrose no caráter humano da humanidade. Nessas condições, a política e o biopoder operacionalizam-se na mídia, “em parte por meio da regulação do que pode ser mostrado, do que pode ser ouvido” (Butler, 2019, p. 178). Tal dialética paranoica estimula “a insensibilidade ao sofrimento humano e à morte torna-se o mecanismo de realização da desumanização” (Butler, 2019, p. 179).

Os corpos de palestinos nessa ótica tornam-se produto dos modos de reprodução e produção de riqueza. Entra em ascensão uma necrobiopolítica de morte em larga escala, ou seja, a junção da biopolítica (Foucault, 2019) com a necropolítica (Mbembe 2003) produz uma intersecção mortífera à luz da guerra no Oriente Médio e, especialmente, das denúncias de roubo e tráfico de órgãos palestinos por Israel sob a perspectiva do Capitalismo *Gore* (Valencia, 2010). Nessa noção, “a expressão máxima da soberania reside,

¹² Para Sayak Valencia (Valencia, 2010, p. 43), existe um “apego al uso de estrategias que lindan con lo ilegal como forma directa para el ejercicio del poder sin restricciones y con reporte de beneficios individuales. «Lo ilegal trabaja fuera de la ley pero al servicio del poder, del poder de la ley, del poder y la ley de la economía, reelaborando el esquema del poder y reproduciéndolo.”



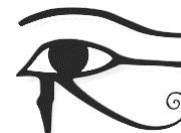
em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais” (Mbembe, 2003, p. 05). Sendo assim, a “soberania” de Israel sob a Faixa de Gaza significa o exercício do “controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implementação e manifestação de poder” (Mbembe, 2003, p. 05).

Esse cenário de terror no Oriente Médio “demuestra la vulnerabilidad del cuerpo humano, su mutilación y su desacralización y, con ello, constituyen una crítica feroz a la sociedad del hiperconsumo, al mismo que tiempo que participan de ésta y del engranaje capitalista (Valencia, 2010, p. 17). Sobretudo, Sayak Valencia propõe a compreensão do Capitalismo *Gore* e de suas práticas perversas enquanto sustentáculo da engrenagem predatória do capitalismo a partir de tal noção:

Proponemos una reflexión sobre el capitalismo gore entendiéndolo como «la dimensión sistemáticamente descontrolada y contradictoria del proyecto neoliberal.» Producto de las polarizaciones económicas, el bombardeo informativo/publicitario que crea y afianza la identidad hiperconsumista y su contraparte: la cada vez más escasa población con poder adquisitivo que satisfaga el deseo de consumo. Se crea de esta manera subjetividades capitalistas radicales que hemos denominado *sujetos endriagos* y nuevas figuras discursivas que conforman una *episteme de la violencia* y reconfiguran el concepto de trabajo a través de una agenciamiento perverso, que se afianza ahora en la comercialización necropolítica del asesinato, evidenciando las distopías que traen consigo el cumplimiento *avant la lettre* de los pactos con el neoliberalismo (masculinista) y sus objetivos (Valencia, 2010, p. 19).

Nesse panorama, o Capitalismo *Gore* impõe um “*necroempoderamiento* y las *necro-prácticas* transfugas y distópicas, prácticas gore. Convirtiendo este proceso en *la única realidad posible* y tratando de *legitimar* por medio del imperio de la violencia, los procesos de economías subsumidas (mercado negro, tráfico de drogas, armas, cuerpos, etc.)” (Valencia, 2010, p. 20). Sendo assim, “acciones que reinterpretan y crean campos distintos a los *válidos* y que influyen en los procesos políticos, públicos, oficiales, sociales y culturales” (Valencia, 2010, p. 20). Nesse cenário, técnicas de especulação/espetacularização de corpos operacionalizam-se para fabricar a objetificação dos corpos palestinos sob a égide de uma necrobiopolítica de produção de morte em larga escala. Logo, constata-se que é possível uma análise necrobiopolítica do tráfico de órgãos palestinos por Israel sob a perspectiva do Capitalismo *Gore*.

CONCLUSÃO



A gestão necrobiopolítica da violência extrema é vislumbrada a partir da guerra Israel-Palestina, legitimando o protagonismo e a supremacia de Israel a partir de seu projeto imperialista-nacionalista em detrimento da Palestina (Faixa de Gaza). Lógicas do mercado, o neoliberalismo, o capitalismo, o imperialismo, o nacionalismo, o *apartheid*, o genocídio, as violações de toda a ordem, os bloqueios humanitários, entre outras perversidades, ilustram técnicas de especulação/espetacularização de corpos no cenário bélico do Oriente Médio.

O Capitalismo *Gore* mostra um horizonte cadavérico na Faixa de Gaza: pedaços de gente pelas ruas, palestinos mortos enquanto recebiam ajuda humanitária, corpos em decomposição, embrulhados, destruídos, decepados, desaparecidos, enterrados em vala comum, vísceras à mostra, sangue derramado por todos os lados como produto do projeto de extermínio etc. Em outras palavras, um cenário mortífero é instaurado no Oriente médio por intermédio da manutenção de uma carnificina pelo imperialismo-nacionalismo israelense em detrimento da Palestina.

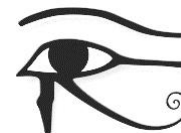
Tal rastro de extermínio de vidas humanas reduzidas a meros corpos sem significação nem visibilidade personifica uma prática mercadológica perpetrada pelo crime organizado do próprio Estado de Israel, qual seja: o roubo e o tráfico de órgãos palestinos. No cenário das guerras contemporâneas, especificamente, entre Palestina-Israel, constata-se que o Estado-nação é dispensado e no lugar dele o império do Mercado-nação é constituído enquanto sustentáculo para legitimar práticas de terror contra palestinos. No contexto civilizacional, o capitalismo vai sofisticando e no percurso temporal encontra novas formas de se consolidar enquanto projeto perverso global.

Nessa significação, o corpo é reduzido a objeto rentável, passível de ser comercializado pelo crime organizado. A necrobiopolítica destes acontecimentos bélicos performatiza-se sob o jugo do mercado ilegal e fabrica uma zona de penumbra que potencializa a operacionalização de arranjos patológicos em detrimento dos “ninguéns” que produzem e reproduzem o capital a partir do roubo e tráfico de órgãos palestinos por Israel.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.



ARENDT, Hannah. **Da violência**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**.

Tradução Roberto Raposo. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AVIZ, Chico. **Uma visão marxista do conflito Palestina-Israel e a guerra imperialista**.

Organização Comunista Internacionalista: Corrente Marxista Internacional, 2020.

Disponível em: <https://www.marxismo.org.br/uma-visao-marxista-do-conflito-palestina-israel-e-a-guerra-imperialista/>. Acesso em: 20 set. 2024.

BBC News Brasil. **Instituto retirou órgãos de mortos sem permissão em Israel, diz médico**, 2009. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/lg/noticias/2009/12/091221_israelorgaostraficofn. Acesso em: 20 set. 2024.

BBC News Brasil. **O que é o Hamas?** 2023. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv203d23vnpo>. Acesso em: 20 set. 2024.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BUTLER, Judith; Spivak, Gayatri Chakravorty. **Quem canta o Estado-nação? Língua, Política e Pertencimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

CNN Brasil. **Número de mortos na Faixa de Gaza chega a 30 mil, diz Ministério da Saúde palestino**, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/numero-de-mortos-na-faixa-de-gaza-chega-a-30-mil-diz-ministerio-da-saude/>. Acesso em: 22 set. 2024.

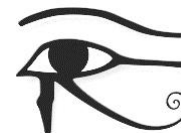
EMBAIXADA PALESTINA. **Estado da Palestina**, 2024. Disponível em:

<https://embaixadapalestina.com.br/estado-da-palestina>. Acesso em: 20 set. 2024.

FÁVERO, Gustavo; PINHEIRO, Lucas Frota Verri. As relações entre o Brasil e a Palestina e o reconhecimento do Estado palestino pelo Brasil. In: **Cadernos de Política Exterior**, v. 3, p. 65–91. 2016. Disponível em: https://www.funag.gov.br/ipri/images/pdf/3.05_Brasil-Palestina.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

FERRAJOLI, Luigi. Guerra. Legitimidade e Legalidade. **Revista do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica, da FUNDINOPI - UENP** / Centro de Pesquisa e

PósGraduação (CPEPG), Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (CONPESQ), Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro. n. 11 (julho-dezembro) – Jacarezinho, 2009.



Disponível em: <https://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/issue/view/11>. Acesso em: 20 set. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). 2ª Edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11ª Edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

FURTADO, Érika Rigotti; GÓES, Guilherme Sandoval. A relação entre o direito e a guerra na constituição do Estado e o conflito entre Israel e Palestina. In: **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 37, n. 79, p. 118-133, jan.-abr, 2022.

G1. **Ministros da ANP acusam Israel de extrair órgãos de palestinos**, 2009. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1421834-5602,00-MINISTROS+DA+ANP+ACUSAM+ISRAEL+DE+EXTRAIR+ORGAOS+DE+PALESTINOS.html>. Acesso em: 20 set. 2024.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Trad. Clóvis Marques. São Paulo: Record, 2005.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

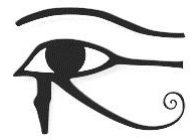
LOSURDO, Domenico. **O sionismo e a tragédia do povo palestino**. Tradução de Modesto Florenzano. Revista aL'ERNESTO. nº 04, 2021. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo248artigo4.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PODER 360. **Número de Palestinos mortos na Faixa de Gaza passa de 30.000**, 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/numero-de-palestinos-mortos-em-gaza-passa-de-30-000/>. Acesso em: 23 set. 2024.

RESTA, Eligio. **O direito fraterno [recurso eletrônico]**. 2ª Edição. Tradução de: Bernardo Baccon Gehlen, Fabiana Marion Spengler e Sandra Regina Martini. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2020.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: formação e sentido. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.



SAYAK, Valencia. **Capitalismo gore**. Barcelona: Editorial Melusina, 2010.

STURZA, Janaína Machado. NIELSSON, Joice Graciele. WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. Do direito à saúde reprodutiva feminina ao poder biopatriarcalista de gestão de vidas humanas: o controle dos corpos das mulheres migrantes. In: **Revista de Biodireito e Direito dos Animais**. V. 6. Nº 1, 2020. Disponível em:

<https://indexlaw.org/index.php/revistarbda/article/view/6629>. Acesso em: 22 set. 2024.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Bioética e Direito**. Senado Federal. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/569/r145-20.pdf?sequence=4>.

Acesso em: 22 set. 2024.